

Pacote que eleva contribuição ao IPSEMG prevê venda de 6 imóveis do instituto

EXECUTIVO ESTADUAL

GOVERNO QUER VENDER SEIS IMÓVEIS DO IPSEMG EM BH

Projeto em tramitação na Assembleia também eleva em 81% as contribuições dos servidores ao instituto, com justificativa de reduzir déficit de R\$ 200 milhões este ano

ALESSANDRA MELLO

O governo Romeu Zema quer vender seis imóveis do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Minas Gerais (Ipsmg), localizados na Praça Sete, no Centro de Belo Horizonte, entre eles um edifício tombado como patrimônio público da capital e que abriga a Casa dos Direitos Humanos, sede de vários conselhos estaduais, na Avenida Amazonas com Rua São Paulo. É o casarão que sedia um museu, o Centro de Arte Popular (CAP), localizado na Rua Gonçalves Dias, 1.608, no Circuito Cultural da Praça da Liberdade, também pertencente ao instituto.

Na lista de bens a serem vendidos consta ainda um imóvel em São João del-Rey, Região Central do estado; um casarão ao lado do CAP, que já abrigou uma unidade do Ipsmg; um imóvel no quarteirão fechado da Rua Ca-

rijós com Amazonas e outro na Afonso Pena com Amazonas. A venda faz parte do Projeto de Lei 2.238/24, que eleva em 81% as contribuições dos servidores ao Ipsmg com o objetivo de reduzir o déficit de R\$ 200 milhões do instituto previsto para este ano.

Entretanto, a base do governo tentou aprovar o projeto na Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa, mas a oposição impediu. No mesmo dia, uma audiência pública também foi realizada para debater a proposta com os servidores públicos que serão impactados com o aumento das contribuições ao Ipsmg.

Alguns dos bens do instituto que o governo pretende vender são descritos em anexo enviado junto ao projeto na semana passada, mas sem detalhamento preciso, caso do imóvel na Rua Carijós com Amazonas sem número, e outro na Amazonas, 410, número inexistente nas placas. Mas, de acordo com o Ipsmg, esses imóveis abrigam uma loja atualmente desocupada e um estacionamento que está em processo de reintegração



EDIFÍCIO QUE ABRIGA A CASA DOS DIREITOS HUMANOS, ESQUINA DE AMAZONAS COM SÃO PAULO, É TOMBADO COMO PATRIMÔNIO PÚBLICO



CASARÃO NA RUA GONÇALVES DIAS, NO CENTRO DE BH, QUE FUNCIONA COMO MUSEU CENTRO DE ARTE POPULAR, TAMBÉM PERTENCE AO IPSEMG

de posse em ação movida pela Advocacia-Geral do Estado (AGE-MG).

O Ipsmg informou ainda que não faz parte da proposta de venda o posto Psu (Unidade de Atendimento Integrado - UAI Praça Sete) e o antigo prédio do Bemeq, ambos do instituto. Autora do requerimento que debateu o projeto de lei, a deputada Beatriz Cerqueira (PT) criticou a venda do patrimônio e também o aumento da taxa sobre os trabalhadores que, segundo ela, em sua maioria, recebem baixos salários e sofrem com a defasagem da remuneração.

Para ela, "é um projeto para desmontar o Ipsmg". "A gente começa a identificar isso na sua origem. Por que um projeto de lei e não um projeto de lei complementar? Porque o número de deputados para votar e alterar projetos de lei é menor do que projetos de lei complementar. E as futuras modificações que hoje precisariam ser feitas por projetos de lei complementar passam a ser feitas por projetos de lei", questiona a parlamentar.

Então, o pulo está aí. Segundo o projeto de lei autoriza a venda de todo o patrimônio do Ipsmg. Qual é o motivo? Para quê? E aí lá está colocado que é para suprir eventuais déficits do próprio Ipsmg", disse também. Segundo ela, a oposição vai obstruir as votações sobre Instituto para poder debater o projeto com os servidores e com o próprio governo.

O Ipsmg alega que o aumento dos gastos, a inflação e a expectativa de vida crescente têm gerado sobrecarga nos serviços. Afirma ainda que com esse aumento proposto "será possível melhorar a assistência à saúde

dos beneficiários e a sustentabilidade financeira do Instituto".

No caso do Instituto de Previdência dos Servidores Militares (IPMS), o governo eleva o desconto dos policiais e bombeiros de 10,5% para 13,5% e reduz a contribuição do estado de 16% para 1,5%. O aumento da alíquota paga pelos militares será gradativo, com acréscimo de 1% a cada ano, a partir da aprovação, até alcançar os 3%. De acordo com o estado, o objetivo é dar "sustentabilidade financeira ao sistema".

O governo afirma que o aumento vai trazer "impactos positivos" para os militares, dando "maior segurança para o desempenho de suas funções, sustentabilidade e garantia da manutenção da prestação de serviço de qualidade por parte do IPMS".

AUMENTO DE 81%

O Projeto 2238/2024 determina aumento de 81,7% do piso e do teto da contribuição do funcionalismo, mantendo os mesmos valores da alíquota de desconto. Caso seja aprovado, esse teto passará para R\$ 500 e o piso para R\$ 60. Para os filhos maiores de 38 anos, será criada contribuição de R\$ 90 e para aqueles com idade igual ou superior a 59 anos alíquota adicional de 1,2%. Outro projeto do governo aumenta a contribuição dos policiais militares ao IPMS e reduz a do estado. Ele será debatido hoje na Comissão de Segurança Pública a pedido do deputado Sargento Rodrigues (PT). ■

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Política Pagina: 3